

COIMBRA ■ MARIA JOSÉ MORGADO QUER MAIS PODER PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

# “Justiça não tem transparência”

■ Magistrada defende que tribunais devam prestar informações à comunicação social

● GONÇALO SILVA

**M**aria José Morgado, diretora do DIAP de Lisboa, defendeu ontem, em Coimbra, que o Ministério Público deveria ter mais poderes.

“O Ministério Público deveria ter mais poder no que diz respeito à resolução de casos de pequena e média criminalidade. Se pudéssemos decidir com aplicação do sentido de oportunidade conseguíamos desbloquear mais casos e ganhar eficácia e proximidade. Conseguíamos resolver melhor os problemas das pessoas”, referiu Morgado na conferência ‘Proximidade e eficácia numa justiça penal atuante’. “Assim, os tribunais ficariam mais livres para outros casos”, acrescentou.

A magistrada referiu também que a “mediatização de certos processos, através da comunicação social e das redes sociais na internet, cria muitas vezes deturpações sobre a realidade da justiça”. “A justiça não tem a transparência que deveria ter”, salientou. Maria José Morgado defendeu ainda que os tribunais deveriam prestar informações à comunicação social. “Não sou defensora de assessorias dos tribunais junto da comunicação social. Mas acho que a informação deveria ser prestada no momento oportuno pela autoridade competente em cada tribu-



Maria José Morgado dirige o DIAP de Lisboa

## Procuradora critica gestão de recursos humanos na justiça

### ✚ PORMENORES

#### ● CÂNDIDA ALMEIDA

Maria José Morgado referiu que as “comissões de serviço têm princípio, meio e fim”, a propósito da saída de Cândida Almeida do DCIAP.

#### ● SALA CHEIA

Dezenas de pessoas deslocaram-se à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para ouvir a diretora do DIAP de Lisboa.

nal, que poderá ser o Ministério Público ou o juiz presidente”.

Na intervenção que fez na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a magistrada criticou a gestão de recursos humanos na justiça e o sistema informático. “Não temos um sistema informático que articule o Ministério Público e as polícias, o que nos afasta da realidade e das pessoas. É um bloqueio”, afirmou. “Temos situações de tribunais com processos de elevada complexidade com meia dúzia de funcionários. O Ministério Público tem uma situação flutuante de funcionários.” ■